



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (04/10) a Quinta-feira (10/10)

Manchetes

Veja: PMs invadiram hospital e tentaram pegar a bala que matou Ágatha

El País: Ciclo de impunidade em operações policiais com mortes ronda o caso Ágatha

G1: Ação do MPF expõe indícios de tortura, maus-tratos e abusos durante intervenção federal em presídios no PA

O Globo: Após caso de tortura, Depen quer agentes com câmeras na lapela em presídios sob intervenção federal

Poder 360: Moro quer expandir uso da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária

Isto é: Defensoria Pública pede suspensão de concessão de presídios em São Paulo

O Globo: Entidades de direitos humanos consideram que postura do governo estimula violência nos presídios

Ponte: Carta ao Ministério Público do RJ cobra ações para reduzir violência policial

Folha de S. Paulo: Plenário do TCU confirma suspensão de publicidade do pacote anticrime de Moro

Valor Econômico: Deputado sugere ao governo uso de fundos públicos para gerar empregos

Conjur: Lei é inconstitucional ao ampliar demais competência da Justiça Militar, diz juiz

MPF: MPF expressa apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos da ONU

Síntese das notícias

PMs invadiram hospital e tentaram pegar a bala que matou Ágatha: Na madrugada do sábado, 21/9, logo depois da morte da menina Ágatha Vitória Félix, entre dez e vinte policiais militares invadiram o hospital em que ela tinha sido internada – o Getúlio Vargas, na Penha, zona norte do Rio – e tentaram levar o projétil que a matara. Apesar da pressão exercida pelos PMs, a equipe de médicos e de enfermeiros de plantão se recusou a entregar a bala, que posteriormente, seria encaminhada para a Polícia Civil, responsável pelas investigações. A Delegacia de Homicídios está tentando convencer integrantes da equipe médica a prestar depoimento sobre a invasão. Profissionais que relataram o fato a policiais civis temem represálias. Os investigadores não conseguiram



imagens da ida dos policiais ao hospital. Testemunhas afirmaram que o tiro que atingiu Ágatha foi disparado por um PM, que tentara acertar um motociclista que passava pelo local. Segundo elas, diferentemente do que declarou a Polícia Militar, não havia troca de tiros na localidade da Fazendinha, no complexo de favelas do Alemão, no momento em que a menina foi atingida.

Fonte: Veja (3/10/2019). <http://bit.ly/2neg4Uq>

Ciclo de impunidade em operações policiais com mortes ronda o caso Ágatha: As ações policiais no Rio de Janeiro raramente passam pelo escrutínio das autoridades competentes, seja a Polícia Civil ou o Ministério Público, quando resultam em mortes. Ao menos três estudos e relatórios recentes indicam que mais de 90% dos autos de resistência — como são chamadas as mortes cometidas por agentes de Estado durante uma operação — não são investigados ou acabam arquivados. Trata-se de um cotidiano de impunidade que estimula toda sorte de abuso por parte dos agentes públicos. E que agora ronda o caso Ágatha Félix, a menina de oito anos que morreu baleada em 21 de setembro, no complexo de favelas do Alemão. Nesta terça-feira, um grupo de mães que perderam seus filhos durante operações policiais ou em chacinas, entre outras situações, se reuniu em Brasília com o presidente da Câmara dos Deputados e outros parlamentares. "Eu mandei meu filho impecável para a escola e o Estado me devolveu ele assim", contou Bruna da Silva enquanto estendia o uniforme escolar ensanguentado de Marcos Vinícius, um garoto de 14 anos morto durante uma operação policial no complexo de favelas da Maré em junho de 2018. As circunstâncias ainda não foram esclarecidas pelas autoridades e o crime permanece impune, como a maioria. Com a tramitação do pacote anticrime no Congresso, essas mães temem que a impunidade seja ainda maior.

Fonte: El País (10/10/2019). <http://bit.ly/2B4a4Rm>

Ação do MPF expõe indícios de tortura, maus-tratos e abusos durante intervenção federal em presídios no PA: "Parece que fizeram uma seleção de psicopatas", diz um agente prisional do Pará para descrever a atuação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), que iniciou em julho deste ano no estado do Pará, após o massacre em Altamira. A ação, assinada por 17 procuradores do Ministério Público Federal (MPF), reúne relatos de detentos, ex-detentos, familiares e agentes prisionais, além de imagens e vídeos, apontando indícios de violações de direitos humanos generalizadas contra presos durante a intervenção. A Força-Tarefa foi enviada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, a pedido do governador, após um massacre que resultou na morte de 62 presos em um presídio de Altamira, no sudoeste do Pará. Tanto o governo federal quanto o estadual negam que houve excessos. O ministro contestou a ação do MPF em visita a Belém, e disse que a Força-Tarefa faz bom trabalho, "retomando o controle dos presídios que era do Comando Vermelho". Nesta quarta, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) negou, em nota, indícios de tortura. Segundo o Ministério, sindicâncias foram instauradas para apurar as denúncias e, se forem comprovados "desvios de conduta", os



agentes serão afastados das funções e responderão a processos administrativos. Ainda de acordo com a nota, a pasta "reafirma a confiança e o compromisso do trabalho realizado pelas Forças Tarefas de Intervenção".

Fonte: G1 (9/10/2019). <https://glo.bo/2ozESqL>

Após caso de tortura, Depen quer agentes com câmeras na lapela em presídios sob intervenção federal:

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) prepara a compra de câmeras de lapela para os agentes penitenciários que atuam nas Forças-Tarefas responsáveis pela intervenção federal em presídios, numa tentativa de coibir práticas e acusações de tortura. A informação foi dada pelo diretor-geral do Depen depois da revelação dos detalhes da ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal (MPF), com apontamento de reiterados casos de tortura em presídios do Pará sob intervenção federal. “Embora não conste dos autos elemento que indique que ele tenha executado diretamente os supostos atos de abuso de autoridade, tortura e maus tratos, há indícios de que, por sua postura omissiva, tenha concorrido para sua prática”, afirmou o juiz federal Jorge Ferraz Júnior. Para a ação, de 158 páginas, os procuradores tomaram relatos de presos ouvidos dentro do MPF; de mães e mulheres de presos; de servidores do sistema prisional estadual; de agentes federais; de representantes da OAB que visitaram unidades; e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNCT), vinculado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Fonte: O Globo (9/10/2019). <https://glo.bo/2AZCaNY>

Moro quer expandir uso da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária: O ministro da Justiça e Segurança Pública, disse nesta sexta-feira (4), que planeja “aprofundar” o emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, coordenada pelo Depen, para auxiliar os Estados que enfrentem crise no sistema carcerário. “Onde a força tem atuado temos visto uma grande diferença”, disse o ministro, ao participar de reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, da Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - Consej, no Palácio Iguaçu, em Curitiba (PR). “Queríamos aprofundar essa política. Nossa ideia é utilizar esta força de intervenção para uma atuação até mais preventiva que reativa em algumas penitenciárias conhecidas por suas dificuldades e tentarmos retomar o controle de maneira mais rápida”, acrescentou. “Sei que isto tem um custo para a administração penitenciária dos estados, mas este é o espírito de solidariedade. Temos que trabalhar juntos para vencer os problemas criminais”, disse Moro, afirmando que as estatísticas sugerem que o enfrentamento às organizações criminosas dentro das unidades carcerárias tende a se refletir em uma redução da criminalidade nas ruas. O ministro lembrou que, na semana passada, o Ministério da Economia liberou parte dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, o que permitirá ao governo federal repassar recursos para os estados investirem no sistema prisional.

Fonte: Poder 360 (4/10/2019). <http://bit.ly/2M5zkNC>



Defensoria Pública pede suspensão de concessão de presídios em São Paulo: A

Defensoria Pública do Estado de São Paulo e outras três entidades de defesa dos direitos humanos - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), Conectas Direitos Humanos e Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) - apresentaram à Justiça uma ação civil pedindo a suspensão da concessão de quatro presídios paulistas à iniciativa privada. A ideia é que serviços como fornecimento de alimentação, vestimenta e asseio dos presos sejam feitos por uma empresa privada, que será remunerada. A licitação estava marcada para esta quinta-feira (10), mas o Ministério Público Estadual se manifestou favoravelmente a uma decisão liminar pela suspensão, por entender, entre outros motivos, que as concessões representam risco aos direitos humanos de cidadãos detidos no Estado. Na ação, MP e Defensoria argumentam que a custódia de detentos é uma atividade exclusiva do Estado (um “poder de polícia”) e que, por isso, não poderia ser transferida para o setor privado. Ao concordar com o pedido, o promotor público da 2ª Promotoria de Direitos Humanos de São Paulo citou os massacres em prisões privatizadas ocorridas no Amazonas, onde presos foram degolados no começo deste ano. “Após esses massacres”, escreveu o promotor, “a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados produziu um relatório sobre o ocorrido e sobre a situação penitenciária local, estabelecendo dentre as recomendações ‘que o governo do Estado promova urgentemente concurso público para agente e que implemente plano a fim de reestatizar a gestão penitenciária’”. O governo do Estado contesta as informações trazidas por Defensoria e Ministério Público, e diz que está à disposição da Justiça.

Fonte: Isto é (9/10/2019). <http://bit.ly/313Jt1t>

Entidades de direitos humanos consideram que postura do governo estimula violência nos presídios:

Entidades ligadas à defesa de Direitos Humanos consideram que a reação do governo federal às denúncias de tortura envolvendo agentes da intervenção nos presídios do Pará pode estimular um aumento de violência nas penitenciárias. O MPF denunciou um quadro generalizado de tortura nas presídios sob comando da Força-Tarefa Federal do Pará - FTIP desde julho. Na última segunda-feira, o ministro da Justiça disse ver um “mal-entendido” na ação do MPF, e que “as bases que levaram à propositura desta ação não estão corretas”. De acordo com o presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, a FTIP está envolvida diretamente com práticas de tortura. Ele afirmou que a postura de desacreditar as denúncias pode reforçar as mensagens de que os presos não devem ter direitos e criar ambiente para aumento da violência. Membro da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário afirma que as violações no Pará, que se repetem em outros estados, não se resumem a apenas práticas de tortura e lesão corporal. Elas também se dão na precariedade da infraestrutura das prisões e na falta de serviços prestados aos detentos; problemas que, de acordo com o advogado, são situações de tortura que são mantidas pelo governo.

Fonte: O Globo (8/10/2019). <https://glo.bo/2VvVRWO>



Carta ao Ministério Público do RJ cobra ações para reduzir violência policial:

Pesquisadores da área de segurança pública, comunicadores populares e entidades de defesa dos direitos humanos entregaram nesta terça-feira (8) uma carta ao procurador-geral do Rio de Janeiro, José Eduardo Ciotola Gussen, pedindo adoção de medidas do Ministério Público para reduzir a violência policial. Uma das funções do MP é fazer o controle da atividade das polícias. De acordo com os dados do ISP (Instituto de Segurança Pública), 1.249 pessoas morreram em ações da polícia nos primeiros oito meses de 2019, 16% a mais do que as 1.075 mortes registradas no mesmo período de 2018. “Mantida essa tendência, as polícias fluminenses deverão superar as 1.534 mortes registradas ano passado, o total mais alto contabilizado desde o início da série histórica, em 1998”, aponta um trecho da carta. Uma análise do Observatório da Segurança do Rio de Janeiro sobre os dados do ISP mostra que, no município do Rio de Janeiro e na Grande Niterói, as forças policiais, que têm como missão a proteção da população, são responsáveis por 40% das mortes violentas. Na Baixada Fluminense, a proporção é de 30%. O uso indiscriminado de helicópteros com plataformas de tiro, apelidados nas comunidades de “caveirões aéreos” também foi objeto de crítica. No texto entregue ao procurador-geral, as entidades apontam a diferença da violência por região do Rio, destacando números que mostram como as favelas sofrem mais. Além disso, destacam o quanto as operações prejudicam a frequência escolar. “O Laboratório de Dados Fogo Cruzado recebeu no primeiro semestre de 2019 1.227 registros de tiroteios ou disparos de armas de fogo em dias letivos, durante o horário escolar e no perímetro de 300 metros de escolas e creches da região metropolitana, o que representa uma média diária de 13 tiroteios/disparos no entorno de instituições de ensino só no primeiro semestre deste ano”, aponta outro trecho. Por fim, a carta propõe seis medidas que devem ser tomadas com urgência pelo MP-RJ com o objetivo de tornar mais eficiente o controle da atividade policial e reduzir os índices de violência: exigir que o governo tome medidas para reduzir a letalidade policial; investigar de maneira célere, justa e imparcial todas as mortes cometidas por agentes do Estado; criar um plantão do MPRJ que vise receber denúncias de violações durante operações policiais; garantir a participação da sociedade civil na elaboração de soluções, como o grupo de trabalho formado pelo Gaesp (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública) e Polícia Civil; criar estruturas de investigação independentes, conforme indicação da OEA (Organização dos Estados Americanos) em decisão que condenou o Estado Brasileiro por chacina em Nova Brasília em 1994 e 1995; e responsabilizar gestores estaduais por declarações e documentos públicos que fomentem essa violência”. A carta é assinada pela Anistia Internacional, Casa Fluminense, CEsC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), Coletivo Papo Reto, Fórum Grita Baixada e Redes da Maré.

Fonte: Ponte (9/10/2019). <http://bit.ly/33hkUzN>



Plenário do TCU confirma suspensão de publicidade do pacote anticrime de Moro:

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou de forma colegiada a suspensão da ação publicitária do pacote legislativo de endurecimento da legislação penal patrocinado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública. O relator do processo, ministro Vital do Rêgo, já havia determinado de forma monocrática a suspensão da ação publicitária na terça-feira (8). Nesta quarta-feira (9), a decisão cautelar foi confirmada pela maioria dos colegas. O relator considerou indevido o uso de recursos públicos para a divulgação de um projeto de lei que ainda será analisado pelo Congresso e, por isso, pode sofrer alterações após as discussões. "Essa publicidade está calcada em um projeto de lei que será avaliado pelos congressistas. Deixem terminar a análise do projeto de lei. Feita a lei pelo Congresso, façamos a ação publicitária.", disse. A publicidade oficial do pacote anticrime custou R\$10 milhões e a ideia do governo era veiculá-la até 31 de outubro. **Fonte: Folha de S. Paulo (9/10/2019).** <http://bit.ly/2Mwg8rv>

Deputado sugere ao governo uso de fundos públicos para gerar empregos: O

deputado federal Baleia Rossi (SP) propôs ao presidente que o governo federal faça a distribuição de recursos de fundos públicos entre os municípios brasileiros com o objetivo de aumentar a geração de empregos país. Segundo Baleia, a ideia é que a proposta ajude na geração de ao menos um milhão de empregos. "A nossa ideia é que sejam utilizados esses fundos em que temos recursos parados, como por exemplo o Funpen [Fundo Penitenciário Nacional], que tem R\$ 1bilhão praticamente e apenas R\$60 milhões sendo efetivamente utilizados. Temos recursos nesses fundos parados e não é razoável ter recursos parados e a desigualdade aumentando com pessoas enfrentando dificuldades", disse. Ele contou que o presidente ficou de analisar a proposta com o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Ele até anotou e deve passar para o ministro Paulo Guedes. Juridicamente precisamos saber como vai ser elaborado: pode ser Medida Provisória, pode ser projeto de lei, porque você tem alguns fundos constitucionais e outros não constitucionais", disse.

Fonte: Valor Econômico (8/10/2019). <https://glo.bo/2OBbQBC>

Lei é inconstitucional ao ampliar demais competência da Justiça Militar, diz juiz:

A **Lei 13.491/2017** ampliou de forma inconstitucional a competência da Justiça Militar. Com esse entendimento, o juiz Ulisses Augusto Pascoalati Junior, da Vara do Juizado Especial Criminal de São Paulo, negou pedido do Ministério Público por entender que o caso julgado não tem previsão no Código Penal Militar, "mas tão somente na legislação penal comum". Para o juiz, houve ampliação exagerada da competência da Justiça Militar pela redação da nova lei, que define que podem ser considerados militares não só os crimes previstos propriamente no Código Penal Militar, mas, também, os crimes previstos exclusivamente na legislação penal comum.

Fonte: Conjur (7/10/2019). <http://bit.ly/35dAHRV>



MPF expressa apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos da

ONU: O Ministério Público Federal (MPF) expressou apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 16 de outubro serão realizadas as eleições para o biênio 2020/2022. Brasil, Venezuela e Costa Rica disputam as duas vagas reservadas à América Latina. A manifestação foi enviada nesta segunda-feira (7) ao embaixador Fábio Mendes Marzano, secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, do Ministério da Relações Exteriores. O **documento** foi assinado pelo secretário de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Procuradoria-Geral da República, Ailton Benedito de Souza, e destaca o compromisso do Estado e da sociedade com a prevalência dos direitos humanos. Como exemplo da atuação concreta, Ailton Benedito apresenta indicadores do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), “pelos quais se verifica importante redução de ofensas aos direitos humanos, à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança de todos, protegidos pela Constituição, artigo 5º, sem discriminações, durante o ano de 2019”. O secretário de Direitos Humanos e Defesa Coletiva destaca no ofício enviado ao MRE que cabe ao presidente da República decidir, em última instância, acerca da candidatura do Brasil ao CDH. Segundo ele, cabe ao Ministério Público zelar pelo cumprimento das normas constitucionais, também no que concerne à competência do presidente da República para promover a candidatura do Estado brasileiro ao CDH, em defesa da prevalência dos direitos humanos. “O contrário seria inconcebível, porquanto implicaria absurda violação da ordem constitucional que um órgão ou instituição do Estado brasileiro se indispusesse, interna ou externamente, contra a candidatura promovida pelo presidente da República ao CDH”, sustenta Ailton Benedito.

Fonte: MPF (7/10/2019). <http://bit.ly/2MpQSms>